



# Jornal da CONTAG

A CONTAG  
é filiada à



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)

## O MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM CAMPANHA PELA REFORMA POLÍTICA



PLEBISCITO  
CONSTITUINTE

CONTAG intensifica campanha e detalha as estratégias ► página 3

E MAIS: Cadastro Ambiental Rural (pág 6) • Violência no Campo (pág 7) • Participação Política das Mulheres e Jovens (pág 4)  
• Política Nacional de Participação Social (pág 3) • Combate ao Trabalho Escravo (pág 7) • Aprovação do PNE (pág 5)

## Estamos em campanha pela Reforma Política

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) está em campanha pela Reforma Política. Estamos às vésperas da realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, que ocorrerá na semana de 1º a 7 de setembro desse ano, em todo o País. Esse é um momento importante para reafirmarmos a nossa vontade de promover mudanças no sistema político brasileiro.

A CONTAG participa da coordenação desse processo e incentiva a participação das Federações e Sindicatos. Afinal, a nossa categoria trabalhadora rural precisa se engajar nessa luta, defender mais condições e espaço para a população rural nos poderes, bem como o de outros grupos subrepresentados, como as mulheres, a juventude, os negros, os indígenas e os trabalhadores e trabalhadoras como um todo.

Esse plebiscito é uma iniciativa dos movimentos sociais brasileiros, que permite a participação de qualquer cidadão e cidadã

e tem por objetivo reformar o nosso sistema político em benefício da população brasileira em geral e não somente das classes minoritárias que detêm o poder no Brasil. A atual composição do Congresso Nacional impede que importantes reformas sejam aprovadas, como as reformas política, a agrária, a tributária, a urbana e a da democratização dos meios de comunicação. Isso porque o Congresso representa, atualmente, os interesses da minoria da sociedade e as reivindicações da maior parte da população não são ouvidas.

A outra proposta defendida pelos movimentos e, inclusive, pela CONTAG é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Política, elaborado pela Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, espaço também integrado pela nossa Confederação. Precisamos avançar na democracia no Brasil e a reforma do sistema político brasileiro deve ser um dos passos a serem dados nesse caminho. Esse projeto de lei busca garantir um

sistema de representação mais eficaz para o povo brasileiro, acabar com o financiamento de campanhas eleitorais pelas empresas, afastando de vez o abuso do poder econômico das decisões políticas, promover a igualdade de condições entre homens e mulheres e demais grupos subrepresentados nos espaços de poder, e favorecer o uso de mecanismos da democracia direta, entre outras propostas que visam aumentar o direito de voz e voto da sociedade brasileira nas grandes decisões nacionais.

Portanto, para que essas mudanças aconteçam, precisamos da união de toda a sociedade brasileira. Participe do Plebiscito Popular e divulgue-o na sua comunidade. Ao mesmo tempo, apoie o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Política. Assine o formulário e colete muitas assinaturas.

**Alberto Ercílio Broch**  
Presidente da CONTAG



ARQUIVO OIT

### ENTREVISTA

## LAÍS ABRAMO

O combate ao trabalho forçado e escravo é tema de entrevista do Jornal da CONTAG com a diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Escritório de Brasília, Laís Abramo. A diretora da OIT apresenta informações sobre projeto que está sendo desenvolvido no Brasil e no Peru e as expectativas com a parceria que está sendo firmada entre o órgão e a CONTAG. \*Leia a entrevista, na íntegra, no site da CONTAG.

#### ▶ Qual é o objetivo do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado?

O projeto da Organização Internacional do Trabalho “Consolidando e Disseminando Esforços para o Combate ao Trabalho Forçado no Brasil e no Peru”, financiado pelo departamento de trabalho do governo dos Estados Unidos e que se iniciou em 2014, é parte integrante do apoio que o Escritório da OIT no Brasil vem realizando no país desde 2002. As áreas estratégicas do projeto refletem as demandas de cooperação técnica apresentadas por diferentes parceiros, e refletem o consenso obtido em torno dos principais eixos a serem implementados através da cooperação técnica da OIT. Os cinco componentes do projeto são: 1) Aumento do conhecimento sobre trabalho forçado entre atores-chave no Brasil - o projeto promoverá junto à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) o desenvolvimento de indicadores visando aumentar a base de conhecimentos (pesquisas e estudos) produzidos sobre o tema; 2) Aumento do diálogo social e da capacidade institucional para a implementação de políticas públicas para erradicar o trabalho forçado no Brasil, em nível nacional e estadual - o projeto atuará junto à Conatrae para desenvolver uma metodologia que facilite a gestão e o monitoramento do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo para assim viabilizar o alcance das metas estabelecidas; 3) Aumento do engaja-

mento do setor privado e de organização de empregadores no combate ao trabalho forçado no Brasil - o projeto apoiará o atual Comitê Gestor do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo no processo de reestruturação do atual modelo para um Instituto com personalidade jurídica própria e independente; 4) Redução da vulnerabilidade socioeconômica de grupos suscetíveis ao trabalho forçado na área de intervenção do Projeto - o projeto incentivará programas e políticas que atuem no aumento de oportunidades de capacitação para o trabalho, através de treinamentos e formação profissional e, posteriormente, na inclusão econômica de trabalhadores resgatados e vulneráveis; 5) Melhoria das políticas de combate ao trabalho forçado no Peru.

#### ▶ E qual é o papel da CONTAG neste projeto?

A parceria com a CONTAG é fundamental em todos os eixos dos componentes mencionados anteriormente, pois, como membro da Conatrae e representante dos trabalhadores(as) rurais, a CONTAG tem uma contribuição estratégica importante no âmbito do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Especificamente no que diz respeito ao componente dois citado acima, essa contribuição é ressaltada pela significativa capilaridade da CONTAG, instrumento fundamental para contribuir com que as ações de combate ao trabalho escravo cheguem até o

trabalhador na ponta. A OIT e a CONTAG fortalecem uma parceria que já vem de longa data em diversos temas para aumentar a capacidade do trabalhador e da trabalhadora rural de identificar e denunciar casos de trabalho escravo, saber como prevenir os mesmos e assistir vítimas do crime. Com esse intuito, ao longo de 2014 e 2015, elaboraremos conjuntamente um manual de treinamento, uma cartilha, um portal virtual e oficinas locais de capacitação em estados-chave.

#### ▶ Qual é a expectativa da OIT com o Termo de Cooperação que está sendo firmado com a CONTAG?

O Termo de Cooperação marcará formalmente o início desta promissora parceria. Ele não só registra o compromisso conjunto das duas instituições com o combate a essa grave violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no trabalho, e dá visibilidade à iniciativa, mas também ajuda a definir melhor os papéis de cada uma das instituições em seu esforço para sensibilizar e capacitar os trabalhadores rurais e suas representações locais no combate ao trabalho escravo. A OIT espera com este termo fortalecer a assistência que vem prestando ao longo dos últimos 12 anos aos trabalhadores para a prevenção e erradicação do trabalho forçado, na busca pela eliminação das formas inaceitáveis de trabalho e na promoção do trabalho decente no setor rural.



## ► REFORMA POLÍTICA

# CONTAG intensifica campanha pela Reforma Política e convoca trabalhadores(as) rurais para o Plebiscito Popular

**D**e 1º a 7 de setembro de 2014 será realizado, em todo o País, o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Este é um instrumento de consulta pública onde o povo exerce sua cidadania dizendo se é a favor ou contra determinada questão. Nesse Plebiscito Popular, o povo votará se é favorável, ou não, pela convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana para elaborar novas regras para o sistema político brasileiro. A CONTAG compreende que a reforma do sistema político brasileiro é a mais importante e estratégica de todas as reformas necessárias para o País. Por isso, instalará e orienta todo o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) a participar desse grande mutirão criando Comitê Popular pela Constituinte, além de se articular junto aos comitês estaduais e municipais para participar da campanha e ajudar na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. “Esse é um momento importante e nós podemos contribuir com as mudanças que nós queremos e precisamos ter no País. Mergulhamos de cabeça nessa campanha: criamos um Comitê Popular na sede da CONTAG, compomos o Comitê Distrital do Plebiscito e estamos elaborando materiais para todo o MSTTR”, afirmou Dorenice Flor da Cruz, secretária Geral da CONTAG.

A CONTAG participa, há mais de um ano, de todo o processo de debate e de ações em defesa da Reforma Política, de combate à corrupção eleitoral e do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. “O debate sobre a Reforma Política é extremamente necessário e urgente para o País. O Brasil está experimentando um momento longo de democracia, um dos maiores da história, embora que ainda seja uma democracia jovem, a ser construída a cada dia”, destacou Alberto Broch, presidente da CONTAG.

José Antônio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e um dos representantes do Plebiscito Popular e da Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, destacou que tanto a proposta da Reforma Política quanto a do Plebiscito convergem em vários aspectos. “As duas propostas tratam o Sistema Político como o exercício do Poder. No entanto, o projeto de lei de iniciativa popular não pode propor mudança constitucional, então ele tem limite, pois a Constituição Federal de 1988 não colocou a democracia direta nas mãos do povo. Já o Plebiscito propõe enfrentar questões estruturantes nunca feito antes”.

Já Aldo Arantes, secretário da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB e também representante da Coalizão, destacou que a população enfrenta uma crise de representação política ligada ao atual Sistema Político e, por isso, existe a necessidade de se realizar reformas estruturantes no Estado brasileiro, principalmente a Reforma Política. “Precisamos de parlamen-



tares mais ligados às necessidades da sociedade. E para que as devidas reformas aconteçam no País, é preciso haver uma união nacional para pressionar o Congresso Nacional a fazê-las”.

### PROPOSTAS – COALIZÃO DEMOCRÁTICA PELA REFORMA POLÍTICA E ELEIÇÕES LIMPAS:

- Financiamento Democrático de Campanha e Financiamento de Pessoas Físicas, acabando com o apoio financeiro por empresas;
- Sistema Eleitoral Proporcional em dois turnos e em lista pré-ordenada;
- Alternância de gênero nas listas partidárias, ou seja, igualdade entre homens e mulheres;
- Fortalecimento da Democracia Direta, garantindo a participação soberana do povo em decisões nacionais;
- Seu voto eleger apenas o candidato em quem você votou.

### PROPOSTAS – PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO:

- Convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político;
- Aperfeiçoamento da democracia representativa, com a reforma do sistema eleitoral;
- Fortalecimento da democracia direta e participativa, com controle social.

**Informe-se sobre os locais de instalação das urnas do Plebiscito Popular, apresente os seus documentos pessoais e participe. De 1º a 7 de setembro cada brasileiro(a) responderá: VOCÊ É A FAVOR DE UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO?**

**Assine também o formulário e colete assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Mais informações: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br).**

**Seja um(a) protagonista das mudanças que o Brasil necessita!**

## ► DEMOCRACIA

# Política Nacional de Participação Social tem apoio da CONTAG

Pela primeira vez na história do Brasil o governo federal tomou a iniciativa de institucionalizar uma Política Nacional de Participação Social (PNPS), articulado a um Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), visando estimular o diálogo social e ampliar os canais de participação da sociedade civil na proposição, implementação e gestão das políticas públicas. Instituída por meio do Decreto Presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014, a PNPS pretende consolidar a participação social como método de governo e aprimorar a relação com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes.

Todos os canais de participação social existentes, como conselhos, fóruns, consultas públicas, dentre outros, são valorizados com a PNPS. A proposta é integrar e aperfeiçoar esses mecanismos, além de estimular o desenvolvimento de novas metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagem de participação social com adoção de tecnologias livres de comunicação e in-

formação, como a internet.

Todavia, o Decreto n.º 8.243/2014, que institui a PNPS, assinado pela presidenta Dilma Rousseff, vem sendo questionado por determinados setores da sociedade que não concordam com a iniciativa. Os ataques partem de alguns partidos políticos e setores conservadores da sociedade que não vêem com bons olhos o aprimoramento dos canais diretos de diálogo social do governo com a sociedade civil. Tanto é que tramita no Congresso Nacional uma proposta de Decreto do Poder Legislativo, para ser votado neste mês, cuja finalidade é revogar o Decreto original.

A CONTAG já se manifestou favorável à PNPS e defende incondicionalmente o direito de participação da sociedade civil e dos povos tradicionais em todos os espaços e instâncias democráticas que objetivem articular e fortalecer o diálogo social na formulação e gestão das políticas públicas.

“Nós achamos que a iniciativa do governo em criar uma política nacional de participação social é

um avanço para a sociedade”, opina o presidente da CONTAG, Alberto Broch. “Infelizmente, a direita do país e certos setores criaram uma reação contrária a este decreto, colocando-o como um substituto ao papel do Congresso Nacional, e não é nada disso”, argumenta.

A secretária Geral da CONTAG, Dorenice Flor da Cruz, acredita que a PNPS é um instrumento de aprimoramento do diálogo entre a sociedade civil e a administração pública, e um passo importante para aprimorar a democracia brasileira: “Vemos com bons olhos essa iniciativa do governo que atende a uma demanda antiga dos movimentos sociais”, diz a dirigente. Ela lembra ainda que o MSTTR deve se mobilizar. “A CONTAG está mobilizando todo o MSTTR para que participe das ações em favor da PNPS e sensibilize os nossos representantes na Câmara dos Deputados e Senado para que as propostas que constam no Decreto Presidencial sejam aprimoradas e que o Decreto não seja revogado”, finaliza.



## ▶ TRABALHADORAS RURAIS

# Margaridas seguem em Marcha rumo ao plebiscito popular

**T**odas as brasileiras e brasileiros têm direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure, de fato, que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme as reais vontades e necessidade da maioria. Hoje, não é assim. A sub-representação das mulheres e da população negra na política evidencia esse fato. No Brasil, segundo o Censo 2010, mais de 51% da população é composta por mulheres, 51% das pessoas se autodeclararam negros/as, e a juventude representa 25% da população. Porém, as mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar Prefeituras e Câmaras Municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas. Já no caso dos/as negros/as, apenas 8,5% (43) do total de parlamentares no Congresso Nacional se autodeclararam pertencentes a esse grupo social, e menos de 3% são jovens. Isso sem falar na população indígena, que não possui nenhuma representação no Congresso.

Já os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostram que dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 69 são donos dos grandes meios de comunicação, 66 são da bancada Evangélica e apenas 91 são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Se os trabalhadores/as são maioria da população, por que não estão nos parlamentos?

Uma das razões está relacionada ao atual modelo de financiamento privado de campanhas, que envolve gastos enormes.

Por isso, a CONTAG e as mulheres trabalhadoras rurais estão inseridas no debate sobre a reforma política e engajadas na campanha pela realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana capaz de mudar o sistema político brasileiro e de adotar decisões que, efetivamente, representem os anseios do povo trabalhador organizado. Nesse sentido, entendemos que, para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha, e que para combater a sub-representação das mulheres na política é preciso garantir a paridade nas listas pré-ordenadas dos partidos intercalando homens e mulheres como candidatas/os. E por isso estamos lutando!

A auto-organização das mulheres é um ingrediente fundamental para transformar a política, pois não basta apenas incluir mais mulheres nos espaços de poder se o poder continua servindo aos interesses das elites econômicas, e a representação da classe trabalhadora continuar pequena. A Plataforma Política da Marcha das Margaridas 2011, no seu eixo 7, traz essa discussão.

De acordo com Alessandra Lunas, secretária de Mulheres da CONTAG, “historicamente no Brasil, as mulheres lutaram contra as políticas pensadas por um estado capitalista e patriarcal, e graças à luta das mulheres conquistamos, por exemplo, o direito ao voto, isso ainda a menos de 100 anos. Hoje ainda, diversas reivindicações que as mulheres trazem, a exemplo daquelas apresentadas pela Marcha das Margaridas, demandam que o Estado brasileiro reconheça as mulheres como sujeitos autônomos, política e economicamente, reivindicando o direito de acesso igualitário à reforma agrária e à independência para o acesso às políticas de crédito, dentre outras”.

## ▶ TERCEIRA IDADE

# Endividamento por empréstimo consignado preocupa a CONTAG

O empréstimo consignado para os aposentados(as) e pensionistas da Previdência Social é uma política de grande importância por assegurar a esse público acesso ao crédito com juros mais baratos. Mas, infelizmente, algumas brechas nas regras, somada à falta de fiscalização de possíveis irregularidades, deixam os beneficiários da política em situação vulnerável diante dos bancos que oferecem os empréstimos.

São muitos os casos de agentes financeiros que tentam fazer a venda casada do empréstimo com outros serviços que podem levar os aposentados(as) ao endividamento, ou de empréstimos feitos sem a autorização dessas pessoas. Há também os chamados “pastinhas”, pessoas que vendem os empréstimos na rua e, em muitos casos, coagem o aposentado para que ele contrate de qualquer forma, visando a comissão que aquela venda renderá.

Uma das pautas de negociação do Grito da Terra Brasil 2014 foi o pedido de apoio do governo para uma campanha nacional

de conscientização sobre os riscos de endividamento que o empréstimo pode causar aos aposentados e pensionistas. O objetivo é que essa campanha leve mais informações sobre os direitos dos beneficiários, para que eles não se sujeitem a abusos dos bancos e “pastinhas”.

Para a secretária de Terceira Idade da CONTAG, Lúcia Moura, a campanha é de grande importância para continuar fazendo a política beneficiar, e não prejudicar os aposentados(as). “A área rural está sendo penalizada com tantos casos de endividamento, por isso pensamos que uma campanha de esclarecimento que diga aos trabalhadores(as) sobre os cuidados que eles e elas precisam ter ao adquirir o empréstimo é muito importante”.

No momento, o governo sinalizou que vai colaborar, e que uma campanha já está sendo desenvolvida. Porém, por estar em fase eleitoral, não se pode lançar campanhas governamentais até o fim do processo, por determinação judicial. A CONTAG continuará acompanhando para que ela aconteça logo que possível.



## ▶ JUVENTUDE RURAL

# Jovens rurais e o debate da Reforma Política

A juventude brasileira, em termos absolutos, constitui um dos maiores segmentos da população. Há em torno de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil, ou seja, um quarto da população brasileira. Na área rural temos 7,8 milhões de jovens, isso corresponde a 26,1% da população rural (Censo do IBGE – 2010).

Portanto, a juventude brasileira constitui um grande contingente eleitoral que pode decidir uma eleição. No entanto, a juventude não se sente representada nas esferas de poder, mesmo com alguns avanços recentes como a aprovação do Estatuto da Juventude, por exemplo. No Congresso Nacional, menos de 3% são jovens. “Infelizmente, temos hoje vários políticos que representam os grandes grupos econômicos do País. Nesse sentido, precisamos de uma reforma política onde o povo brasileiro tenha vez e voz ativa”, destacou Mazé Moraes, secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais da CONTAG.

A CONTAG é uma das entidades que integra a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas e o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político. Por isso, entende a importância dessa ação para ampliar a representação da classe

trabalhadora nos Poderes, principalmente dos homens e mulheres do campo, de todas as idades e raças. “Convidamos a juventude rural para participar desse debate e que tenha um papel protagonista nos comitês de organização do plebiscito”, convocou.

O processo eleitoral, seja municipal, estadual ou nacional, é um momento privilegiado onde os(as) jovens podem fazer valer suas propostas e afirmar sua cidadania consolidando a democracia no País. A participação da juventude nos processos políticos eleitorais é fundamental, pois nestes momentos ela resgata o seu papel de protagonista histórico na promoção das grandes transformações político-sociais do Brasil e garante maior inserção de suas propostas na plataforma política dos(as) candidatos(as) comprometidos(as) com os desejos juvenis.



## Educação do Campo está incluída nas estratégias do PNE

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no final de junho, sem vetos, estabelece 20 metas a serem cumpridas ao longo dos próximos dez anos. E, pela primeira vez, traz estratégias relacionadas à Educação do Campo. “Nos últimos anos, temos avançado do ponto de vista das decisões das diretrizes operacionais, do decreto em 2011 e com o lançamento do Pronacampo, em 2012. Agora, demos um passo importante com a inclusão de metas com estratégias do PNE referentes à Educação do Campo”, comemorou José Wilson Gonçalves, secretário de Políticas Sociais da CONTAG.

Sobre esse avanço, a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educa-

ção, Macaé Evaristo, destacou: “O maior desafio para a educação do campo no novo PNE é a superação das desigualdades educacionais entre campo e cidade. Os governos devem se comprometer com a construção de sistemas educacionais inclusivos, que garantam a ampliação das taxas de atendimento na educação infantil e no ensino médio, a promoção da educação integral, bem como a elevação da escolarização de adultos articulada à qualificação profissional. É preciso que os novos investimentos se traduzam em uma educação emancipatória, que seja capaz de dialogar com as especificidades do campo, valorizar os profissionais da educação e promover o desenvolvimento sustentável.”

Das 20 metas do PNE, 12 trazem estratégias para o campo.

Seguem algumas:

• **Educação Infantil na pré-escola:**

Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta e limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças.

• **Ensino Médio:**

Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.

• **Alfabetização:**

Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes com

a produção de materiais didáticos específicos.

• **Educação em tempo integral:**

Atender as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, considerando-se as peculiaridades locais.

• **Qualidade da educação básica:**

Garantir transporte gratuito para os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória; desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo; consolidar a educação escolar no campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários; desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação do campo.

▶ FORMAÇÃO

## ENFOC recebe 5ª turma nacional e comemora 8 anos

Acontece, de 04 a 15 de agosto, o 5º Curso Nacional de Formação em Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da ENFOC. Nesse 1º módulo, a turma será estimulada à reflexão e aprofundamento sobre as Unidades Temáticas – Projetos de Desenvolvimento em Disputa (Estado, Sociedade e Ideologia) e Vida Sindical (História, Concepção e Prática), tendo como Unidade Integradora o campo, sujeito e Identidade e como Eixos Pedagógicos a memória, identidade e pedagogia para uma nova sociabilidade.

Este módulo tem como principal objetivo compreender como funciona a sociedade, suas relações de poder e como impactam o pensar, sentir e agir de cada pessoa em qualquer lugar do mundo.

Esta 5ª turma é formada por 108 lideranças sindicais e comunitárias dos 26 estados e do DF. Desse público, cerca de 70% são mulheres e mais de 40% são jovens (igual ou menor que 32 anos). Uma turma majoritariamente de dirigentes de sindicatos, que tem acesso à internet diariamente e que, em sua maioria, já possuem ensino médio completo.



O secretário de Formação e Organização Sindical, Juraci Souto, comemora a forte presença de pessoas atuantes direto na base. “É muito importante termos a presença de dirigentes, assessores e funcionários da nossa organização sindical, mas também fico muito feliz com a participação de trabalhadores(as) rurais, militantes e dirigentes de sindicatos, pois isso mostra que a Escola está conseguindo motivar essas pessoas, que por muitas vezes têm menos oportunidade de estarem presentes nesses momentos”, afirma.

Durante esse módulo, no dia 14 de agosto, a ENFOC completará 8 anos sendo uma escola inspirada pela Educação Popular, que estimula conhecimento e integra teoria e prática em um movimento circular contínuo entre educador(a) e educando(a), estimulando-o a aprender fazendo e desafiando-o a sair do lugar e se mover diante dos desafios da vida.

▶ POLÍTICA AGRÍCOLA

## CONTAG busca fortalecimento da agricultura familiar com acordos de cooperação

A CONTAG está sempre em articulação com os órgãos governamentais que podem contribuir com o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o País. Atualmente, estão estabelecidos três Acordos de Cooperação Técnica entre a Confederação e alguns destes órgãos, além de um que se encontra em fase de diálogo.

Um dos acordos vigentes é com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que estabelece uma parceria com a CONTAG para promover a implementação das políticas de desenvolvimento da produção de pescado no Brasil. O potencial do País é grande em relação a esse tipo de cultura, mas precisa de melhorias no manejo e na preparação de estruturas para a exploração da atividade. Com o acordo, a CONTAG se compromete a mobilizar suas Federações e Sindicatos em atividades políticas sobre o assunto, a fim de desenvolver essa área nos estados.

Também está firmado um acordo com a Embrapa, iniciado em 2013 e reafirmado recentemente em reunião com ambos os presidentes. Este, por sua vez, trata de apoio a pesquisas desenvolvidas pela Embrapa com foco nas demandas da agricultura familiar, a partir de Fóruns Regionais e Locais de Pesquisa – com participação de representantes das FETAGs, de forma a contribuir cientificamente para a melhoria da produção nas unidades familiares de produção.

Outro acordo ocorre entre CONTAG e UNICAFES. Ele foi iniciado em 2011 e retomado no último mês, em oficina com as duas entidades, onde também foram definidas as próximas ações, que contemplarão, inclusive, o Ano Internacional da Agricultura Familiar, conforme abordado de forma mais completa em matéria da página 8.

A CONTAG está agora em processo de diálogo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para um acordo de cooperação que vise metodologias voltadas para a elaboração dos preços para a agricultura familiar. Esta proposta se dá por ser cada vez mais comum que os preços finais dos produtos não contemplem o custo total da produção e o transporte dela, o que prejudica o agricultor e a agricultora familiar.



## ► SUSTENTABILIDADE DO MSTTR

# Movimento Sindical constrói estratégias para fortalecer a sustentabilidade político-financeira

A realização de uma Campanha Nacional de Sindicalização, com abrangência nacional, estadual e municipal, foi aprovada na última reunião do Conselho Deliberativo Extraordinário Ampliado da CONTAG, em março desse ano. Agora, as Secretarias de Finanças e Administração, de Formação e Organização Sindical, de Meio Ambiente e a Presidência, através da Assessoria de Comunicação, estão detalhando a proposta a ser apresentada para a Diretoria da Confederação e para o Conselho Deliberativo, em 6 e 7 de agosto, em Brasília.

Esta proposta que está sendo elaborada busca a consolidação de uma política de sustentabilidade político-financeira para o movimento sindical do campo, tendo como princípios a transparência, a responsabilidade, o zelo com o patrimônio e as finanças das entidades sindicais, além da participação ativa dos trabalhadores(as) rurais nas atividades e mobilizações.

Além disso, esta campanha também tem como foco a filiação de novos e a quitação de sócios antigos, além do aprimoramento nos processos de cobrança da contribuição sindical, discutindo novas

formas de arrecadação de contribuições, considerando as diversidades e especificidades das regiões, estados e municípios, bem como assegurar o cumprimento das deliberações congressuais e dos conselhos deliberativos. Portanto, é uma campanha com etapas para curto, médio e longo prazos, iniciada em maio de 2014 e devendo ser encerrada em dezembro de 2016. Mas, a CONTAG defende que ela seja permanente.

A proposta toma como base o público-alvo de agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, jovens, mulheres, aposentados e pensionistas. Estão sendo debatidas estratégias políticas, financeiras, formativas e de divulgação. Está sendo planejada uma oficina para acontecer ainda em agosto com a participação dos presidentes, dos(as) secretários(as) de Finanças e de Formação e das assessorias de Comunicação das FETAGs. O objetivo é que esses dirigentes e assessores possam contribuir e decidir sobre a campanha para que ela se aperfeiçoe e dialogue com a realidade dos estados, e seja colocada em prática ainda nesse ano.

“A Diretoria da CONTAG está otimista com essa

construção coletiva, pois está percebendo o interesse de grande parte dos dirigentes e assessores na perspectiva de implementar a campanha buscando melhorar as receitas do movimento sindical e, principalmente, a eficiência na gestão dos recursos da CONTAG, das FETAGs e Sindicatos”, afirmou o secretário de Finanças e Administração, Aristides Santos.

A Assessoria de Comunicação também integra a equipe da Campanha de Sindicalização para pensar as estratégias e peças de divulgação, e o aprimoramento dos veículos de comunicação do movimento sindical como aliados nesse processo.

O trabalho conjunto e articulado entre as Secretarias de Finanças e de Formação está evidenciado no itinerário formativo da ENFOC, que é um espaço mobilizador e articulador entre a ação sindical e as ações formativas. Portanto, essa articulação com a Campanha Nacional de Sindicalização é estratégica para a capilaridade que esta ação precisa e potencializadora no debate político sobre a prática e a ação sindical, a ética no movimento sindical e a sustentabilidade político-financeira.

## ► Novo Código Florestal

### CONTAG inicia o processo de capacitação para o CAR

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento fundamental para o mapeamento das propriedades rurais do território nacional, como previsto pelo Novo Código Florestal Brasileiro e lançado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), já está em andamento.

A CONTAG inicia seu processo de capacitação para promover o cadastro das propriedades de agricultura familiar já neste mês, a partir de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que terá duração de um ano. O processo começará com um Seminário Nacional, que reunirá as lideranças das Federações da CONTAG para já capacitar alguns dirigentes e definir as datas dos eventos regionais. Estão previstos sete eventos – dois no Norte, dois no Nordeste e um em cada uma das demais regiões, com expectativa de pouco mais de 1.000 participantes nas atividades, e a presença de pessoas já capacitadas na etapa nacional.

“O objetivo dessa capacitação é criar mais uma possibilidade para que os agricultores(as) familiares possam cumprir, dentro do prazo, suas obrigações com o Código Florestal”, explica Antoninho Rovaris, secretário de Meio Ambiente da CONTAG. Sobre a estratégia dos eventos de capacitação, o dirigente comenta: “Temos a expectativa que, com a presença das pesso-



as já capacitadas nos eventos das regiões, haverá a multiplicação das informações para outros dirigentes, fazendo com que o cadastro das propriedades familiares de todo o País ocorra dentro do tempo estabelecido pelo governo. Portanto, a participação dos dirigentes nesse processo é fundamental”, lembra Antoninho.

O prazo solicitado para fazer o cadastro foi de um ano a partir da publicação do decreto e da instrução normativa, em 6 de maio de 2014, com prorrogação para mais um ano. Após o cadastramento, haverá um segundo momento, com o Programa de Reordenamento Agrário (PRA).

#### CAPACITAÇÃO DO GOVERNO

Outra possibilidade de se capacitar é através do Curso à Distância de Capacitação para o Cadastro Ambiental Rural (CapCAR), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. Serão 31 mil vagas, distribuídas em quatro turmas. A primeira turma dos inscritos no mês de julho começa agora em agosto. As inscrições são gratuitas, e a CONTAG divulgará as datas para matrícula das próximas turmas.

## ► ANO DA AGRICULTURA FAMILIAR

### Equilíbrio entre produção de alimentos e conservação ambiental



A CONTAG tem o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que se relaciona com o Ano

Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, sendo um dos eixos a relação harmônica e equilibrada entre as pessoas, a natureza e a produção de alimentos saudáveis, potencializado pelo sistema produtivo da agricultura familiar.

O agricultor familiar Jorge Mariane, de Garibaldi/RS, trabalha dessa forma. Ele foi o primeiro presidente da Coopeg (Cooperativa dos Produtores Ecologistas de Garibaldi). Além da cooperativa, também foi criado um roteiro de turismo rural. “Conhecemos o mercado, mais produtores se associaram e a lista de produtos aumentou, tanto industrializados como *in natura*. A minha principal produção é a uva, mas também produzo laranja, tangerina e hortaliças. Tenho uma pequena vinícola com produção de 35 mil litros/ano de vinho e em torno de 50 mil litros/ano de suco de uva. Tudo orgânico e certificado pelo MAPA.” Segundo o agricultor, para se trabalhar agroecologicamente, é preciso fazer um planejamento a longo prazo para conviver com as ervas daninhas de forma que elas não prejudiquem a qualidade e produtividade. “Cada cultura tem o seu manejo de adubação verde e cada região tem a sua especificidade. A fruta tem um gosto diferente, você vê animais que antes não via e a terra dá respostas diferentes.”

A agricultora familiar Anilda Batista Pereira, de Remígio/PB, produz verduras, legumes orgânicos e o próprio biofertilizante. Quanto à preservação do solo, não faz queimadas, trabalha com a esterqueira, adubo natural, não derruba árvores e aproveita as folhas de caem. “Trabalho assim desde 1998, quando entrei no assentamento. Sempre vi a importância de aliar a produção de alimentos com a preservação e conservação ambiental, pois não adianta você produzir produtos agroecológicos sem cuidar do ambiente.” Anilda tem em sua propriedade uma área nativa bem preservada.



## ► VIOLÊNCIA NO CAMPO

# A concentração de terras continua gerando conflitos e violência no campo

Por mais que se considerem grandes avanços no desenvolvimento do campo brasileiro, há ainda uma questão não resolvida, e que a cada dia parece mais difícil de ter uma resolução: a questão agrária do Brasil. Sendo um país de dimensões continentais, há abundância de terras com grande potencial produtivo. O problema começa quando essas terras se concentram de forma desigual, e o acesso a elas por famílias de agricultores comprometidos com a produção de alimentos, e que também buscam o direito de permanecer no campo com dignidade, é dificultado por latifundiários que não abrem mão de suas grandes porções.

Dados do Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que 3% das propriedades rurais do país são latifúndios (terras com mais de mil hectares). Parece pouco, mas em termos territoriais elas ocupam 56,7% das terras agricultáveis, e este conjunto pertence aos 300 maiores proprietários rurais. Já as propriedades pequenas (menos de 10 hectares) representam 2,3%.

O resultado dessa desigualdade são conflitos agrários decorrentes por situações de ocupações e desocupações forçadas, que geram um estado de violência permanente, resultando em despejos com conflitos que deixam mortos e feridos e outras centenas de casos de exploração de trabalho. Essa, que é uma verdadeira guerra, possui uma forte carga de poder do latifúndio e omissão do Estado.

São muitos os estados que têm famílias que sofrem diante desse problema. Um deles, onde os casos são recorrentes e que não tem atenção do governo é o Pará. Um dos casos é o grave conflito na Fazenda Nova Era, em novembro de 2013, onde 58 famílias assentadas regularmente pelo Incra foram despejadas da propriedade por jagunços armados de forma violenta e arbitrária, o que infelizmente ocorre com frequência na região.

Em 15 de julho, a CONTAG participou da reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada na sede do Incra de Marabá, que contou com ouvidores agrá-



\*dados: Conflitos no Campo Brasil 2013  
Comissão Pastoral da Terra.

rios, autoridades do Judiciário e dos Direitos Humanos, e teve o caráter de discutir todos os conflitos agrários que acontecem no Pará. Na ocasião, a CONTAG, representada pelo secretário de Política Agrária, Zenildo Xavier, e assessoria, deixou clara a insatisfação com a atuação do estado e reforçou o pedido pela punição dos responsáveis pelas barbáries para que não haja mais a impunidade que cerca o cenário dos conflitos agrários.

“Não dá para dizer que o Brasil tem a questão agrária resolvida, pois ele ainda demanda fortemente a realização de uma reforma agrária que resolva essa situação, que democratize o acesso à terra e permita as pessoas viverem no campo”, declara Zenildo.



## JUVENTUDE: AVANÇOS NA ORGANIZAÇÃO E NOS DIREITOS

A juventude rural sempre esteve presente na trajetória de luta e organização do MSTTR. Porém, nos primeiros anos do Movimento, essa dedicação dos(as) jovens rurais ficou na invisibilidade. Com o tempo, foram ganhando reconhecimento como potenciais lideranças futuras, e passaram a ser vistos sob a ótica da formação sindical. Nos anos que se seguiram, suas demandas começaram a aparecer aos poucos nas pautas do MSTTR, mas ainda sem especificidade quanto ao segmento.



Foi apenas a partir do 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 2001, que a juventude rural consolidou estruturas específicas no âmbito das instâncias sindicais, com o marco da criação das Coordenações de Jovens nos Sindicatos, Federações e na CONTAG, e da consolidação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR). Tais ações se mostraram estratégias organizativas que ampliaram e qualificaram a participação dos(as) jovens no MSTTR.

A partir da estruturação, os rapazes e moças do campo conseguiram se destacar, e passar de coadjuvante a protagonistas na luta por suas demandas, ligadas principalmente ao acesso à terra e à qualidade de vida no campo com mais infraestrutura, de forma a garantir sua permanência no meio rural com oportunidades de trabalho, renda e dignidade. Entre as diversas conquistas alcançadas nestes anos estão a aprovação da cota de, no mínimo, 20% de jovens nos espaços políticos do MSTTR, aprovada no 9º Congresso, em 2005, a criação do Programa Jovem Saber, em 2004, a realização de duas edições do Festival Nacional da Juventude Rural, em 2007 e 2010, a aprovação de Estatuto da Juventude, neste ano, e tantas outras políticas e programas voltados para a qualificação dos(as) jovens do campo e acesso aos seus direitos.

Os desafios ainda são muitos, mas a juventude rural é guerreira, e permanece focada e mobilizada para garantir mais conquistas.

## ► ASSALARIADOS(AS) RURAIS

### CONTAG e OIT juntas para o combate ao trabalho escravo

A CONTAG, através da Secretaria de Assalariados(as) Rurais, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) firmaram parceria para o desenvolvimento de ações de combate ao trabalho escravo no Brasil.



Esta estratégia faz parte do projeto “Consolidando e Disseminando Esforços para o Combate ao Trabalho Forçado no Brasil e no Peru” e será responsável pela realização de diversas atividades ao longo de 2014 e 2015, com a finalidade de consolidar uma rede de ações e de lideranças em todo o País capaz de potencializar o combate ao trabalho escravo e a promoção do trabalho decente nas relações de trabalho rurais.

O projeto prevê a formação de lideranças e assalariados(as) rurais para o combate ao trabalho escravo e a promoção do trabalho decente a partir de uma Oficina Nacional - a ser realizada em setembro - que será reproduzida nas regiões dos estados com maior ocorrência ou maior vulnerabilidade de trabalhadores à situação análoga à escravidão; elaboração e publicação de manual para as atividades formativas, cartilha a ser utilizada nas campanhas de base; e o desenvolvimento de um portal na internet que reunirá as informações dos assalariados(as) rurais e disponibilizará um canal de denúncias para os trabalhadores e de registro dos pedidos de fiscalização formulados pelas Federações e Sindicatos ao Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos do Estado.

“Um dos nossos objetivos é fazer com que os próprios trabalhadores(as) e os dirigentes sindicais possam efetivamente diagnosticar o trabalho escravo ou irregularidades trabalhistas, fortalecendo e qualificando as denúncias. Estamos criando ferramentas para ter uma ação mais efetiva e poder acompanhar as denúncias registradas em todo o País. Então, entendo que esta é uma parceria muito importante para o movimento sindical e para os trabalhadores e trabalhadoras rurais”, explicou Elias D’Angelo Borges, secretário de Assalariados(as) Rurais da CONTAG.

O dirigente também destacou que esse termo de cooperação possibilitará uma troca de experiência com outros países nessa questão do combate ao trabalho escravo, como é o caso do Peru, que também está no projeto a partir de uma parceria entre a OIT e o Governo dos Estados Unidos.

## ► COOPERATIVISMO

# CONTAG e UNICAFES planejam nova etapa do acordo de cooperação

A construção de propostas de atuação para o fortalecimento da agricultura familiar foi o foco da oficina realizada entre a diretoria e assessoria da CONTAG e da UNICAFES em 1º e 2 de julho, em Brasília. As duas entidades mantêm um acordo de cooperação que tem o objetivo de unir esforços para a promoção do cooperativismo e sindicalismo da agricultura familiar visando a melhoria da qualidade de vida no campo, tendo como premissas o desenvolvimento sustentável e solidário.

O primeiro momento da oficina foi dedicado à avaliação das ações conjuntas do acordo de cooperação. Já o segundo dia teve como destaque o debate sobre alguns temas, como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural.

Segundo David Wylkerson, secretário de Política Agrícola da CONTAG, esse planejamento conjunto marcou a retomada e consolidação desse termo de cooperação firmado entre a CONTAG e a UNICAFES.

“A importância é que, somando forças, os principais beneficiários serão os agricultores e agricultoras familiares, visto que as duas entidades representam o mesmo público e têm ideais e bandeiras de luta comuns. Consequentemente, teremos a CONTAG e a UNICAFES mais fortes e com melhores condições de representatividade do homem e da mulher do campo.”

A oficina teve como principais proposições:

- Ano Internacional da Agricultura Familiar: promover evento de encerramento do AIAF em âmbito internacional junto à Feira Nacional da Agricultura Familiar em novembro de 2014; e dar ênfase à importância da agricultura familiar, desses atores sociais e do reconhecimento do Estado;
- Atuar junto ao Executivo e Legislativo referente aos seguintes temas: Lei Geral do Cooperativismo; Lei Tributária das Cooperativas; normas sanitárias para a agroindústria familiar; regulamentação da Lei

11.326/2006; e Lei da Economia Solidária;

- CONTAG e UNICAFES devem incidir junto às FETAGs e UNICAFES estaduais para promover maior proximidade na articulação das ações e mais clareza na definição do papel de cada entidade;
- Estimular efetiva integração entre STTRs e cooperativas nos municípios;
- Articular para que a UNICAFES participe da construção da pauta e mobilização do Grito da Terra Brasil;
- Diálogo entre CONTAG e UNICAFES sobre a formação da juventude, incluindo o tema do cooperativismo nos Festivais da Juventude Rural que ocorrerão nos estados;
- Provocar encontros nacionais, estaduais e regionais para debater temas macro de interesse da agricultura familiar;
- Promover momento de reflexão sobre cooperativismo e sindicalismo em prol do setor e discutir estratégias de cooperação.



A partir dessas proposições, foram definidas as metas e atividades conjuntas para 2014 e 2015. Portanto, para o presidente da CONTAG, Alberto Broch, a expectativa é positiva. “Nós não conseguiremos fortalecer a agricultura familiar se não organizarmos a nossa produção, as cooperativas de produção e as nossas agroindústrias. Então, precisamos andar juntos, conquistar marcos regulatórios do cooperativismo, as leis que precisam ser mudadas para fortalecer a agricultura familiar e creio que foi muito importante que esse debate tenha ocorrido no marco do Ano Internacional da Agricultura Familiar.”

## ► INTERNACIONAIS

# Agricultores familiares de Moçambique lutam contra o ProSavana

A agricultura familiar corre riscos no norte de Moçambique com a implantação do Programa ProSavana na região. O ProSavana é um programa de cooperação triangular entre Moçambique, Brasil e Japão, que tem como objetivo promover o desenvolvimento agrícola nas savanas tropicais. Aparentemente, ele apresenta benefícios ao explorar a perspectiva do aumento na produção de alimentos. Porém, os métodos pensados para a sua implementação são mais voltados para o fortalecimento do agronegócio, ignorando os milhares de agricultores(as) familiares e a cultura familiar camponesa do país e prejudicando-os ao mesmo tempo.

Nesse contexto, organizações da sociedade civil e movimentos sociais defensores da agricultura familiar e camponesa dos três países, incluindo os próprios agricultores(as) moçambicanos, unem-se para sensibilizar os governos articuladores do ProSavana de que este não é o caminho para o uso da terra. No

final de julho, essas entidades se reuniram em Maputo, capital de Moçambique, para a 2ª Conferência Triangular dos Povos – Moçambique, Brasil e Japão, onde debateram a questão com representações dos governos dos países. A CONTAG participou desse encontro, representada pelo vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, Willian Clementino.

Na discussão, os governos se posicionaram sobre o ProSavana a partir do argumento de que ele prevê contribuição na melhoria da vida das populações ao reduzir a desnutrição crônica. Já a sociedade acredita que o modelo pensado terá um impacto ambiental e social negativo, além de gerar mais lucros para o setor do agronegócio e prejuízo para a população do país.

“Nós reconhecemos que Moçambique é um país de agricultores familiares. Não há necessidade em expandir o agronegócio na área, e sim apoiar a agricultura que já existe,



para que ela se desenvolva e dê o resultado esperado”, explica Willian. Para tal, a sociedade civil defende a cooperação triangular voltada para o Plano Nacional de Agricultura Camponesa. “O nosso desafio é construir um diálogo com os países, focado em manter o posicionamento contrário ao ProSavana e a favor deste Plano Nacional, que tem como base os sujeitos e a cultura moçambicana, diferente da estratégia do programa atual, que visa a exportação de *commodities*. Os movimentos permanecem em luta!”, finaliza.

## ► EXPEDIENTE

Journal da CONTAG - Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) | Diretoria Executiva - Presidente Alberto Ercílio Broch | 1º Vice-Presidente/ Secretário de Relações Internacionais Willian Clementino da Silva Matias | Secretarias: Assalariados e Assalariadas Rurais Elias D'Ángelo Borges | Finanças e Administração Aristides Veras dos Santos | Formação e Organização Sindical Juraci Moreira Souto | Secretária Geral Dorenice Flor da Cruz | Jovens Trabalhadores Rurais Mazé Moraes | Meio Ambiente Antoninho Rovaris | Mulheres Trabalhadoras Rurais Alessandra da Costa Lunas | Política Agrária Zenildo Pereira Xavier | Política Agrícola David Wylkerson Rodrigues de Souza | Políticas Sociais José Wilson Sousa Gonçalves | Terceira Idade Maria Lúcia Santos de Moura | Endereço SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-102, Brasília/DF | Telefone (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299 | E-mail imprensa@contag.org.br | Internet www.contag.org.br | Edição e Reportagem Verônica Tozzi | Reportagem Gabriella Ávila | Diagramação Maykon Yamamoto | Projeto Gráfico Wagner Ulisses e Fabrício Martins | Impressão Dupligráfica

